

A solução que eu ofereço à sociedade turca é simples. Nós reivindicamos uma nação democrática. Nós não fazemos oposição à unidade do Estado e da República. Nós aceitamos a república, sua estrutura unitária e seu caráter laico. Nós cremos, entretanto, que esta república deve ser redefinida com o objetivo de formar um estado democrático, um estado que respeite os direitos dos diferentes povos e culturas existentes em seu território. Sobre esta base, os curdos devem ser livres para organizar-se de tal maneira que sua língua e cultura possam ser expressas e que eles possam desenvolver-se nos planos econômico e ecológico. Esta nova realidade permitiria a curdos, turcos e membros de outras culturas uma convivência sob a proteção de uma “Nação Democrática Turca”. Isto somente seria possível, no entanto, através de uma constituição democrática e de um quadro legal avançado que garantiria o respeito às culturas minoritárias. Nossa visão de uma nação democrática não é definida por bandeiras ou fronteiras. Nossa visão de uma nação democrática é inspirada pelo modelo democrático e não por um modelo baseado em conflitos étnicos.

Guerra e Paz no Curdistão

Abdullah Öcalan



International Initiative

Abdullah Öcalan:
Guerra e paz no Curdistão
Perspectivas para uma solução política da questão curda

Primeira edição 2008
© Abdullah Öcalan 2008

International Initiative
Freedom for Abdullah Öcalan – Peace in Kurdistan
P.O. Box 100511
D-50445 Köln
www.freedom-for-ocalan.com

Guerra e paz no Curdistão

Perspectivas para uma solução política
da questão curda

Abdullah Öcalan

Índice

Prólogo	7
Etimologia das palavras <i>curdo</i> e <i>Curdistão</i>	9
A região de população curda e a língua curda	10
Uma rápida recapitulação da história curda	11
Lutas pelos recursos, guerra e terrorismo de estado no Curdistão	14
O colonialismo europeu e o dilema curdo	16
Bases ideológicas da repressão colonial e a política de poder no Curdistão	18
Negação e abnegação	19
Assimilação	20
Religião e nacionalismo	21
Nacionalismo da classe média	22
Identidade curda e resistência curda	24
O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)	26
Breve esquema da história e origens do PKK	26
Principais críticas	28
Novas posições estratégicas, filosóficas e políticas do movimento de libertação curdo	31
A situação atual e sugestões para uma solução	38

Prólogo

O dia a dia no Oriente Médio é dominado por inúmeros conflitos, os quais freqüentemente escapam à compreensão dos ocidentais, já que tais conflitos parecem fugir ao racionalismo e à lógica do Ocidente. O mesmo é verdade para a questão curda, um dos conflitos mais complexos e violentos do Oriente Médio, e que continua à espera de uma solução. Assim, enquanto todas suas dimensões não forem discutidas de maneira minuciosa, o conflito persistirá e terá tendência a agravar-se, criando assim problemas novos e de maior amplitude. As dimensões histórica, econômica e política da questão curda ultrapassam amplamente o conflito entre árabes e israelitas, o qual, em contraste com o conflito curdo, beneficia da atenção pública internacional. O conhecimento sobre o conflito curdo é limitado e, como este está ocorrendo em uma das regiões mais centrais e privilegiadas de todo o Oriente Médio tanto demograficamente quanto em termos de importância geoestratégica, este déficit de informação muitas vezes resulta em análises superficiais e tendenciosas de um problema complexo.

Como a região de assentamento do povo curdo se encontra repartida entre os territórios atuais de árabes, persas e turcos, a questão curda influencia claramente uma grande parte do Oriente Médio.

Uma solução encontrada para uma parte do Curdistão afetaria também suas outras partes, assim como os países vizinhos. Da mesma maneira, uma situação de conflito entre os atores de um

país pode ter efeitos negativos para a solução do conflito em outros. A topografia montanhosa do Curdistão é ideal para a luta armada e os curdos tem lutado contra a colonização e a ocupação por parte de potências estrangeiras desde tempos imemoriais. A resistência tem se transformado em parte de sua vida e cultura.

No começo de um processo para a solução do conflito, este deve ser reconhecido e definido. Visando a questão curda, uma definição realista do *fenômeno* curdo é de extrema importância. É aqui, porém, que começa grande parte do desacordo. Enquanto os árabes chamam os curdos de “árabes do Iêmen”, os turcos os denominam “turcos das montanhas” e os persas os consideram seus alter egos étnicos. Não é surpreendente então que suas posturas políticas em relação a questão curda sejam caracterizadas por debates sobre definições.

A questão curda não apareceu do nada. Ela é o produto de um longo processo histórico e não tem muito em comum com outros conflitos similares. Na verdade, as peculiaridades e diferenças fundamentais da questão curda são muitas. Elas devem ser bem definidas durante o processo de solução. Qualquer política apoiada unicamente em aparentes semelhanças levaria a uma nova sucessão de problemas. Uma política visando uma verdadeira solução deve analisar de maneira realística o fenômeno, inclusive seus antecedentes políticos e sociais, assim como todos os partidos envolvidos. É fundamental, portanto, reconhecer a existência do fenômeno curdo como tal, o que não seria possível sem antes informar-se sobre seu contexto histórico.

Etimologia das palavras *curdo* e *Curdistão*

O nome Curdistão pode ser remetido à palavra suméria *kur*, que significava algo parecido com montanha há mais de 5000 anos. O sufixo *-ti* representava uma filiação. A palavra *kurti* expressava então a idéia de *tribu da montanha* ou *povo da montanha*. Os luvianos, um povo que viveu no oeste da Anatólia cerca de 3000 anos atrás chamava o Curdistão de *Gondwana*, que significava em sua língua *terra dos vilarejos*. Em curdo, a palavra *gond* significa até hoje vilarejo. Durante o reinado dos assírios, os curdos eram denominados *Nairi*, palavra que tem um significado próximo a *povo ribeirinho*.

Durante a Idade Média, sob o reinado dos sultões árabes, a região curda era conhecida como *Beled-Ekrat*. Os sultões seljúcidas, que utilizavam a língua persa, foram os primeiros a utilizar a palavra *Curdistão*, a terra dos curdos, em seus documentos oficiais. Os sultões otomanos também chamavam a área de assentamentos curdos Curdistão. Até a década de 1920, esta era a denominação mais frequente. Após 1925 a existência do povo curdo foi negada, especialmente na Turquia.

A região de população curda e a língua curda

Entretanto, os curdos existem. O Curdistão cobre uma extensão de 450.000 quilômetros quadrados, cercada de áreas de população persa, azeri, árabe e turco-anatólia. Esta região montanhosa é uma das mais ricas em florestas e água de todo o Oriente Médio, bem como é dotada de inúmeras planícies férteis. A agricultura tem existido aqui por milhares de anos. A revolução neolítica nasceu aqui, quando os caçadores-recoletores fixaram-se e passaram a lavrar a terra. A região é conhecida também como o *berço da civilização* ou *área de passagem*. Graças a sua posição geográfica, o povo curdo tem podido preservar sua existência como comunidade étnica até o presente. Por outro lado, a posição e os recursos do Curdistão têm também chamado a atenção de potências estrangeiras, incitando-as a atacar e conquistar a região. A língua curda reflete a influência da revolução neolítica, a qual acredita-se haver começado na região das montanhas de Zagros e Taurus. O idioma curdo pertence a família lingüística indo-européia.

Uma rápida recapitulação da história curda

É muito provável que a língua e a cultura curda tenham começado a desenvolver-se durante a quarta Era do Gelo (20.000 – 15.000 a.C.). O povo curdo constitui assim uma das etnias autóctones mais antigas da região. Em torno de 6.000 a.C. começaram a aparecer novas ramificações da etnia curda. A história os menciona pela primeira vez como um grupo étnico ligado aos *hurritas* (3.000 – 2.000 a.C.). Assume-se então que os ancestrais dos curdos, os *hurritas*, coabitavam em confederações tribais e reinos junto a outros povos tais que os *mitanni*, seus descendentes, os *nairi*, os *urartianos* e os *medos*. Estas estruturas políticas já apresentavam algumas características estatais rudimentárias. As estruturas sociais patriarcais da época não estavam definidas. Tanto para a sociedade agrícola neolítica quanto para as estruturas sociais curdas, as mulheres ocupavam uma posição proeminente, fato que é realçado durante a revolução neolítica.

A religião zoroastriana teve um impacto considerável na cultura curda em algum momento entre 700 e 550 a.C. A religião pregava um modo de vida caracterizado pelo trabalho agrícola, onde homens e mulheres eram percebidos como iguais. O amor aos animais era considerado importante e a liberdade, um alto valor moral. A cultura zoroastriana influenciou tanto a civilização oriental quanto a ocidental, uma vez que tanto os persas quanto os helenos adotaram muitas destas influências culturais. A civilização persa, porém, foi fundada pelos *medos*, os quais se consideram os antepassados do povo curdo. Nas histórias de Heródoto,

existem referências a uma divisão política no Império Persa entre ambos grupos étnicos. Uma divisão similar se deu no império sucedente, o Império Sassânida.

Durante a Antiguidade Clássica, a era helenística deixou marcas profundas na cultura oriental. Os principados de Abgar, em Urfa, e de Komagene, cujo centro beirava a província de Adiyaman-Samsat, assim como o reino de Palmira, na atual Síria, foram profundamente influenciados pela cultura grega. Poderíamos afirmar que foi nessa região que se encontrou a primeira síntese de influências culturais orientais e ocidentais. Este encontro cultural significativo durou até a queda de Palmira frente aos romanos, em 269 d.C., conquista que resultou, a longo prazo, negativa para o desenvolvimento da região. A aparição do Império Sassânida tampouco aniquilou a influência curda na região. Podemos constatar que nesta época (216 – 652 d.C.) as estruturas feudais já haviam sido estabelecidas no Curdistão. A emergência do feudalismo representou o começo do fim desta coesão étnica. A sociedade curda desenvolveu cada vez mais seus laços feudais, um processo de construção de uma civilização feudal que contribuiu por sua vez à revolução islâmica. O Islã posicionava-se contra a escravidão, mudando assim as relações pessoais e éticas em um momento chave do processo de urbanização da sociedade. Ao mesmo tempo que as sociedades feudais eram modificadas pela religião, o Islã proporcionava uma base ideológica para tal mudança.

O declínio do Império Sassânida (650 d.C.) permitiu ao Islã forjar uma aristocracia feudal curda, altamente influenciada pela cultura árabe. Esta formação social e política foi uma das mais potentes de sua época. A dinastia curda dos *eyyubi* (1175 – 1250 DC) transformou-se com o tempo em uma das mais poderosas dinastias do Oriente Médio, exercendo uma grande influência sobre o povo curdo.

Por outro lado, os curdos mantiveram relações estreitas com

o sultanato seljúcido, que tomou o poder dos abássidas em 1055 d.C. Dinastias de descendência curda como os *seddadis*, *buyidis* e os *marávanides* (990 – 1090 DC) transformaram-se em pequenos estados feudais. Outros principados seguiram o mesmo exemplo. A aristocracia curda beneficiava assim de uma grande autonomia no Império Otomano.

O século XIX trouxe consigo grandes rupturas. Paralelamente a uma deterioração progressiva das relações entre curdos e otomanos, sucederam-se muitos focos de insurreição curda. Missionários ingleses e franceses introduziram nesta época o conceito de separatismo nas igrejas armênias e arameias, contribuindo ainda mais para uma situação caótica. Além dos problemas com os otomanos, as relações entre os povos armênio, assírio e curdo pioravam cada vez mais. Este processo fatal conheceu um fim em 1918 quando, após o fim da segunda guerra mundial, o mundo testemunhou a exterminação física e cultural quase completa de armênios e arameus, ambos portadores de culturas milenares.

Apesar do desgaste da relação entre curdos e turcos, este processo significou ainda uma outra ruptura os curdos de um lado e os armênios e arameus do outro.

Lutas pelos recursos, guerra e terrorismo de estado no Curdistão

No passado, a posição estratégica do Curdistão já havia chamado a atenção, transformando o país em peão de lutas pela distribuição de recursos, guerras e terrorismo de estado. Este fato é verdadeiro atualmente e pode ser remetido ao começo da história, já que o Curdistão tem sido sistematicamente exposto a ataques e saques por parte de potências estrangeiras. Os regimes de terror dos Impérios Assírio e Cita entre 1.000 e 1.300 a.C. e a campanha de conquista liderada por Alexandre o Grande são os melhores exemplos de tais ataques. A conquista árabe foi seguida de uma expansão do Islã no Curdistão. Por mais que o Islã pregue uma religião pacífica, em sua essência ela é dificilmente dissociável de uma ideologia de conquista da nação árabe, que se propagou rapidamente pelo Curdistão. O Islã então prosseguiu até as montanhas de Taurus e Zagros, exterminando as tribos que resistiam. No ano 1.000 d.C. o Islã conheceu seu apogeu. Então, nos séculos XIII e XIV, os mongóis invadiram o Curdistão, causando uma grande diáspora curda. Após a batalha de Chaldiran em 1514, da qual saíram vencedores os otomanos, as fronteiras naturais do Império foram trasladadas ao Leste, ampliando assim o Império. O Tratado de *Qasr-e Shirin* finalmente estabeleceu de maneira oficial as fronteiras iraniana e turca, concluindo assim a repartição do Curdistão tal como apresenta-se hoje. A Mesopotâmia e os curdos se encontravam em sua maioria dentro dos limites do Império Otomano. Até 1.800 os otomanos e os principados curdos conheceram um período relativamente pacífico, baseado

adscrição sunita que ambos compartilhavam. Os curdos alevitas ou zoroastrianos, porém, continuaram desafiando o Império e criaram focos de resistência nas montanhas.

De 1.800 ao declínio do Império Otomano, o Curdistão foi abalado por inúmeras rebeliões, as quais eram geralmente aniquiladas sem piedade. Após a queda dos otomanos o Curdistão foi repartido mais uma vez, agravando assim a atmosfera de violência. As potências imperialistas emergentes Inglaterra e França redesenharam as fronteiras do Oriente Médio, entregando assim o Curdistão ao domínio da república turca, do trono iraniano, da monarquia iraquiana e do regime sírio-francês.

Sentindo a perda de uma grande parte de seus antigos territórios, a Turquia rapidamente adotou uma política de assimilação, na tentativa de unificar as partes restantes do antigo Império Otomano. Qualquer indício de cultura que não a turca seria, de acordo com esta política, exterminado. Desta maneira, língua e a cultura curdas foram banidas.

A dinastia aspirante dos pahlavi no Irã procedeu de uma maneira similar. A rebelião liderada pelo líder tribal curdo Simko Shikak de Urmiye e a luta pela emancipação da república curda de Mahbad foram suprimidas sem piedade. O Xá fundou assim um regime de terror no espírito da época fascista do começo do século XX. Nas regiões iraquiana e síria do Curdistão, a Inglaterra e a França destruíram, com a ajuda de seus aliados fiduciários árabes, os esforços curdos pró-emancipação. Nessas regiões também foram estabelecidos regimes coloniais cruéis.

O colonialismo europeu e o dilema curdo

Conduzido por ambições de supremacia geoestratégica e por uma ganância sem limites, a política intervencionista no Oriente Médio tornou-se cada vez mais colonialista a partir do século XX. O objetivo principal desta política era lograr a submissão e o controle do Oriente Médio. Isto agregou uma nova forma de colonização às que o povo curdo já havia conhecido através da história. Este dilema se remete à época dos sumérios. O capitalismo ocidental, porém, modificou-o de maneiras inimagináveis. Para o povo curdo, isto significava um novo confronto a novos colonizadores, assim como o distanciamento de uma solução para a questão curda.

Sempre visando seus interesses, as novas potências imperialistas julgaram mais vantajoso buscar uma cooperação com o Sultão e com a administração do Império para ganhá-los como aliados ao invés de fragmentar o Império Otomano, o que poderia ter consequências imprevisíveis. Tal estratégia deveria ainda facilitar o controle da região e dos povos que aí viviam. Este método foi muito popular no Império Britânico e é conhecido nos livros de história como a estratégia de “dividir e reinar”. Graças a esta estratégia, o Império Otomano sobreviveu por mais um século. Potências como a França e a Alemanha utilizavam-se de estratégias similares, porém seus conflitos não influenciaram o delicado equilíbrio de poder no Oriente Médio.

A preservação imperial do poder focalizou-se também nos grupos étnicos cristãos. Por um lado, o colonialismo ocidental

pretendia proteger gregos da Anatólia, armênios e arameus; por outro lado o colonialismo incitava os mesmos contra o poder central, que por sua vez respondia com severas repressões. A campanha de aniquilação que seguiu foi assistida impassivamente pelas potências européias. Eventualmente, uma tal política logorou antagonizar boa parte das nações do Oriente Médio. Mais uma vez, o povo curdo não passava de um peão no jogo de interesses estrangeiros. No passado, a aristocracia curda havia colaborado com as dinastias turca e árabe. Agora, eles consentiam novamente em serem utilizados por potências estrangeiras em suas intrigas colonialistas. Uma vez conquistada a cooperação dos curdos, os ingleses lograram implicar os governantes turcos e árabes com seus interesses. Ainda mais, eles conseguiram limitar ainda mais os povos armênio e arameu, que eram por sua vez pressionados por seus colaboradores feudais curdos. O Sultão turco, o Xá persa e os governantes árabes, porém, não poderiam ser considerados apenas vítimas de uma política de colonização. Na verdade, eles desenvolveram o mesmo jogo para assim preservar seu poder e frear a cobiça das potências ocidentais. A única verdadeira vítima foi o povo.

Bases ideológicas da repressão colonial e a política de poder no Curdistão

Tanto a repartição do Curdistão quanto a essência dos regimes árabe, persa e turco constituíram obstáculos ao desenvolvimento social dos curdos destas regiões. O relativo atraso social dos curdos, que ainda hoje mantêm suas estruturas feudais, é um produto de tais relações de poder. Com a chegada de estruturas capitalistas, das quais os curdos foram em sua maioria excluídos, a brecha entre seu desenvolvimento e o das sociedades hegemônicas árabe, turca e persa aumentou ainda mais. As estruturas de poder do regime feudal se misturaram às estruturas de poder burguesas do capitalismo, o que ajudou a preservar o domínio das respectivas nações sobre o território. Apesar de tais estruturas dependerem do imperialismo, elas foram capazes de construir suas próprias economias nacionais, desenvolver progressivamente suas respectivas culturas e estabilizar suas estruturas estatais. Despontou, apesar das condições, uma nova elite nas áreas de ciência e tecnologia. Todo grupo étnico minoritário de cada país foi forçado a utilizar exclusivamente a língua dominante. Com a ajuda de uma política nacionalista tanto doméstica quanto internacional, eles criaram uma classe dominante que se percebia como um poder hegemônico sobre qualquer outro grupo étnico. A polícia e o exército foram expandidos e fortalecidos para suprimir qualquer resistência popular. O povo curdo não soube responder a uma tal repressão. Eles ainda sofriam do impacto de intrigas imperialistas precedentes. Eles foram confrontados a um chauvinismo nacionalista agressivo da parte dos estados que detinham o poder no

Curdistão, enquanto o caráter “legítimo” deste poder era explicado por construções ideológicas extremas.

Negação e abnegação

Os poderes hegemônicos (i.e. Turquia, Iraque, Irã e Síria) negaram aos curdos sua existência como grupo étnico. Neste ambiente, os curdos corriam sérios riscos se eles se referíssem a suas origens. Indivíduos que não se abstinham de tais referências, apesar do perigo, eram raramente apoiados por seu próprio grupo étnico. Para os curdos, comprometer-se abertamente com suas origens e cultura resultava em exclusão de toda relação econômica e social. Em vista disso, muitos curdos negavam sua descendência ou escondiam-na, e os respectivos regimes fomentavam sistematicamente tais práticas. Esta estratégia de negação produziu as mais variadas e absurdas situações. Para o regime árabe a questão curda simplesmente não existia. Para eles, não havia sombra de dúvida que esta questão havia sido resolvida pelo predomínio do Islã. A única nação era o Islã, e essa nação era árabe.

Os persas foram ainda mais longe e definiram os curdos como um subgrupo étnico persa. Assim, os direitos do povo curdo seriam garantidos de forma natural. Os curdos que insistiam em lutar por seus direitos e reivindicavam sua identidade étnica eram vistos como indivíduos que denegriam sua própria nação, recebendo conseqüentemente o tratamento apropriado.

O regime turco reivindicava sua supremacia sobre os curdos pelas supostas campanhas de conquista da Anatólia que teriam ocorrido mil anos antes. Durante estas campanhas teria-se constatado que não existiam outros povos na região. Por conseguinte, *curdo* e *Curdistão* representam não-palavras, não existentes ou cuja existência não é permitida segundo a ideologia oficial. O uso de tais palavras representa um ato terrorista e é punido como tal.

Apesar de construções ideológicas deste estilo, o povo curdo representa um dos grupos étnicos autóctones mais antigos da região.

Assimilação

Potências hegemônicas freqüentemente utilizam o conceito de assimilação como arma quando se enfrentam a grupos étnicos desafiantes. Língua e cultura são vetores de possível resistência, o que pode ser evitado por meio de assimilação. A proibição da língua nativa e a aplicação forçada de uma língua estrangeira têm se provado armas altamente eficazes. Um povo ao qual o uso de sua língua materna é proibido tem tendência a deixar de valorizar suas características de origem, sejam elas étnicas, geográficas ou culturais. Sem o elemento unificador da língua, a característica unificadora das idéias coletivas também desaparece. Privados de base comum, as conexões e os conceitos coletivos separam-se e perdem-se. Conseqüentemente, a língua e a cultura hegemônica ganham terreno entre os grupos étnicos conquistados. Forçados a utilizar a língua predominante, o resultado é um desprestígio da língua nativa até que esta última tornar-se irrelevante. Este processo é ainda mais rápido quando a língua nativa não é uma língua literária, como é o caso da língua curda. A estratégia de assimilação não se limita ao idioma. Ela é aplicada também em todos os aspectos públicos e sociais controlados pelo estado.

O Curdistão tem sido sistematicamente palco para tentativas de assimilação cultural por parte de potências hegemônicas estrangeiras. Os últimos cem anos de sua história, porém, tem sido os mais destrutivos. A implantação de estruturas de nação-estado modernas nos países hegemônicos e a criação de um sistema de domínio colonial do Curdistão agravaram ainda mais as tentativas de assimilação dirigidas à língua e à cultura curdas.

Como o persa e o árabe anteriormente, agora a língua turca tornou-se pela força uma língua hegemônica. Apesar da língua e cultura terem sido preservadas pelos antigos curdos, as mesmas foram forçadas a se retrair frente às três línguas e culturas hegemônicas, as quais dispunham inclusive de todas as armas e meios de comunicação. As canções e histórias tradicionais curdas foram

banidas. Assim, a própria existência da língua curda, que havia produzido várias obras literárias na antigüidade, foi ameaçada. A cultura e a língua curda foram declaradas como elementos subversivos. A educação no idioma nativo foi igualmente banida. As línguas hegemônicas passaram a ser as únicas línguas permitidas no sistema educativo e conseqüentemente as únicas utilizadas para ensinar os feitos da época moderna.

Religião e nacionalismo

A hegemonia também se serve da religião e do nacionalismo para preservar sua supremacia. Em toda a região do Curdistão o Islã é a religião de estado, também utilizada pelas potências predominantes como instrumento para lograr um maior controle da população. Mesmo que tais regimes se denominem leigos, a interação entre instituições políticas e religiosas é óbvia. Enquanto no Irã o poder é detido por um regime abertamente teocrático, em outros países a instrumentalização da religião com interesses políticos é mais dissimulada. Assim, autoridades religiosas do estado turco empregam milhares de imames. Nem o próprio Irã possui um tal exército de líderes religiosos. As escolas religiosas também estão sob o controle direto do estado.

As escolas do Alcorão e os institutos e faculdades de teologia empregam quase meio milhão de pessoas na Turquia. Fatos como este ilustram o quão absurdo parece o postulado constitucional de laicidade, que serve simplesmente como um placebo.

Quando a tais idéias se associam atividades políticas, seguem-se invariavelmente situações caóticas. Durante os governos do DP (Partido Democrático) e do AP (Partido da Justiça), a religião era abertamente politizada. Os golpes militares de março de 1971 e de setembro de 1980 modificaram o marco ideológico da Turquia e redefiniram o papel da religião. Estes eventos iniciaram um novo período de islamização da República turca, similar aos acontecimentos no Irã após a toma de poder por Khomeini em

1979, embora não tão radical. Em 2003 o AKP (Partido de Justiça e Desenvolvimento) subiu ao poder e junto a ele, pela primeira vez, ideólogos islâmicos. Esta vitória não ocorreu por acaso, mas foi o resultado de uma política religiosa de longo prazo da parte do Estado turco.

Nacionalismo da classe média

Outra ferramenta mobilizada pelos poderes predominantes é o nacionalismo da classe média. Esta ideologia conheceu seu auge durante os séculos XIX e XX, quando tornou-se a ideologia dominante das nações-estado. Ela constitui a base para que a classe média se enfrentara aos interesses da classe trabalhadora e de qualquer tendência do Socialismo real. Com o tempo, o nacionalismo surgiu como um resultado lógico da nação-estado, apresentando características quase religiosas.

A forma de nacionalismo turco que surgiu após 1840 era uma tentativa de evitar o declínio do Império Otomano, o que já se mostrava iminente. Os primeiros nacionalistas turcos eram originalmente legalistas. Com o tempo, eles se rebelaram contra o sultanato de Abdulhamid II e tornaram-se cada vez mais radicais. O nacionalismo difundido pelo movimento dos Jovens Turcos era expressado no *Comitê pela Unidade e pelo Progresso*, que lutava por uma reforma constitucional do Estado e aspirava ao poder no Império. Eles também haviam deixado claras suas intenções de fortalecer o Império, que já mostrava fraquezas externas e uma certa decadência interna, através de uma modernização política, militar e econômica. A abertura da política externa alemã no Oriente Médio e na Ásia Central acrescentou um elemento de racismo ao nacionalismo turco. Seguiu-se o genocídio de armênios, gregos pônticos, arameus e curdos. A República dos Jovens Turcos foi marcada por um nacionalismo agressivo e uma concepção estreita da nação-estado. O slogan “uma língua, uma nação, um país” converteu-se num dogma político. Apesar deste

paradigma interclassista e fraterno, os instrumentos para uma real implementação de tal conceito nunca existiram. Seu caráter abstrato dava asas ao perigo do fanatismo religioso. O nacionalismo degradou-se assim em uma ferramenta da classe dominante e era usado antes de tudo para encobrir os erros desta última. Sob a bandeira de uma “identidade turca superior”, a sociedade inteira se confiou a um nacionalismo agressivo.

A guerra no Curdistão e o terrorismo de estado dirigido à esta questão criaram um bloco de poder separado. Como ocorre em outros sistemas, onde certos blocos derivam seu poder de seu potencial militar e baseiam sua existência na guerra, a sociedade turca foi moldada desta forma.

Esta é outra razão que explica a incapacidade do atual sistema político para resolver conflitos. Este é um sistema que foi forjado pela guerra e pelo terrorismo de estado, onde ainda não está claro quais centros de poder correspondem a quais interesses e objetivos, o que tem efeitos igualmente desastrosos para as comunidades turca e curda.

Identidade curda e resistência curda

O processo de identificação do povo curdo como nação ocorreu relativamente tarde. Apesar do caráter iminente curdo aparente nas rebeliões do século XIX, estas não passaram de uma oposição ao Sultanato e ao poder do Xá. Não existiam concepções de modos de vida alternativos. O dito comprometimento com a identidade curda estava ligado à criação de um Reino Curdo à imagem e semelhança dos sultanatos tradicionais. De tal maneira, o povo curdo passou muito tempo sem conceber-se realmente como nação. Foi somente na segunda metade do século XX que a noção de uma identidade curda começou a desenvolver-se a partir de debates entre intelectuais, em sua grande maioria representantes da esquerda política turca. No entanto, esta tendência carecia de potencial intelectual para superar noções mais tradicionais de uma identidade curda associada à ordem tribal e aos xeiques. Os partidos comunistas com tendências real-socialistas e os partidos liberais ou feudais passavam longe da noção de uma nação curda ou dos curdos como grupo étnico. Somente nos anos 70, com a aparição do movimento estudantil de tendências esquerdistas, uma conscientização da existência de uma identidade curda foi difundida.

O processo de identificação étnica descrito acima ajudou a desenvolver relações conflitantes entre a percepção nacional chauvinista turca e a percepção nacional feudal curda. De um lado existia a confrontação com a hegemonia ideológica do sistema, muitas vezes dissimulada como esquerdista, e do outro lado, a

confrontação com a aristocracia curda, que tradicionalmente cooperava com o sistema. Livrar-se destas forças sociais, políticas e ideológicas não foi fácil, exigindo potencial intelectual e trabalho prático e organizacional. Isto levou diretamente à resistência. Desde a década de 70, quando os esforços curdos pró-emancipação começavam a amadurecer, trinta e cinco anos já haviam se passado. Este tempo ajudou não somente a esclarecer o povo curdo sobre sua identidade, oferecendo possíveis abordagens para a solução da questão curda, como também é prova de que o povo curdo e sua causa não podem ser suprimidos pela força a longo prazo. Sistema algum pode sobreviver por um período tão longo se pretende superar as contradições sociais por meio da força. A luta pela emancipação curda também mostra que as pessoas não podem desenvolver-se sem antes reconquistar sua dignidade social.

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)

Breve esquema da história e origens do PKK

Em abril de 1973 um grupo seis pessoas se reuniram para formar uma organização política curda independente. Supondo ser o Curdistão, como toda colônia clássica, uma nação cujo direito de auto-determinação havia sido negado pela força, este grupo estabeleceu como seu objetivo principal mudar esta realidade. Esta reunião pode ser vista como o nascimento de um novo movimento curdo.

Com o tempo, este grupo encontrou novos seguidores que o ajudaram a disseminar sua convicção entre a população rural do Curdistão. Os choques contra as forças armadas turcas, contra membros armados da aristocracia curda e contra grupos políticos rivais eram cada vez mais freqüentes, pois estes atacaram violentamente o jovem movimento. No dia 27 de novembro de 1978, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foi fundado em um pequeno povoado na região de Diyarbakir. Vinte e dois membros destacados do movimento participaram da reunião inaugural com o objetivo de estabelecer estruturas mais profissionais para o movimento. Sabendo que o movimento não sobreviveria em um ambiente urbano, as atividades do Partido se concentraram nas regiões rurais do Curdistão.

As autoridades turcas reagiram severamente às tentativas de expansão do PKK. Seguiram-se detenções e choques armados, causando perdas para ambos os lados. A situação na Turquia, no entanto, aproximava-se de um ponto crítico. Os primeiros sinais

do golpe militar iminente já eram tangíveis em 1979. A resposta do PKK foi de retirar-se da Turquia para as montanhas ou para outros países do Oriente Médio. Somente um número reduzido de ativistas permaneceu no país. Esta estratégia permitiu ao PKK assegurar sua sobrevivência. No dia 12 de setembro de 1980 o exército turco depôs o governo civil e tomou o poder. A maioria dos membros do PKK presentes na Turquia nesse momento foram presos pela junta militar.

Nesta situação, o PKK se viu obrigado a decidir entre passar a ser uma organização exilada ou um movimento de libertação nacional moderno. Após uma curta fase de reorganização, a grande maioria dos membros do partido retornaram ao Curdistão e lideraram uma resistência armada contra a junta fascista. Com os ataques às instalações militares em *Eruh* e *Semdili* no dia 15 de agosto de 1984, proclamou-se oficialmente o início da resistência armada. Apesar das carências, o primeiro passo em direção a um movimento de libertação nacional havia sido feito.

No início, as autoridades turcas – *Turgut Özal* acabava de ser eleito primeiro-ministro – tentaram minimizar a importância dos incidentes. A propaganda de Estado classificava a guerrilha como um “punhado de bandidos”, o que revela a mentalidade dos indivíduos então no poder. A preocupação política pelo conflito foi imperceptível. Enquanto isso, os choques se multiplicaram, numa guerra que fazia numerosas vítimas de ambos os lados.

Foi somente na década de 1990 que a situação pareceu mudar, quando o Estado finalmente pareceu aberto a uma solução política. As declarações da parte de *Turgut Özal* e de *Suleyman Demirel*, então Presidente da República, assumindo o reconhecimento da identidade curda, alimentaram a esperança de um fim para o conflito. O PKK tentou colaborar com este processo declarando um cessar-fogo em 1993.

A morte repentina de *Turgut Özal* privou este processo de um de seus protagonistas mais importantes. Outros obstáculos po-

dem também ser identificados: alguns membros mais radicais do PKK continuaram com a luta armada; a situação entre os líderes de Estado turcos era complexa e marcada por interesses opostos; e a postura dos líderes curdos do Iraque *Talabani* e *Barzani* tampouco ajudou o processo pela paz. Esta época representou a maior oportunidade para uma solução pacífica da questão curda até então, e ela foi perdida.

Subseqüentemente, o conflito intensificou-se. Ambos os lados sofreram grandes perdas. A intensificação, porém, não modificou o impasse. Os anos de guerra entre 1994 e 1998 foram anos perdidos. Apesar de vários cessar-fogo da parte do PKK, o Estado turco insistia em buscar uma solução militar. O cessar-fogo de 1998 tampouco obteve resposta. Pelo contrário, ele incitou uma tensão militar entre a Turquia e a Síria que levou ambos os países à beira de uma guerra. Em 1998 eu viajei à Europa como presidente do PKK para promover uma solução política. A odisséia que se seguiu é notória. Eu fui seqüestrado no Quênia e trazido de volta à Turquia, violando a legislação internacional ao respeito. Este seqüestro foi orquestrado por uma aliança de serviços secretos e o público esperava que o conflito se intensificaria a partir desse momento. Contudo, o julgamento na ilha-prisão turca de *Imrali* marcou uma virada súbita para o conflito e ofereceu novas perspectivas para uma solução política. Ao mesmo tempo, tal virada levou o PKK a reorientar-se política e ideologicamente. Eu estive estudando e trabalhando nestes pontos antes mesmo de ser seqüestrado. Este evento marcou uma verdadeira ruptura política e ideológica. Quais foram, então, os motivos desta ruptura?

Principais críticas

Sem dúvida, meu seqüestro foi um golpe duro para o PKK. Não obstante, esta não foi a verdadeira razão para esta virada política e ideológica. O PKK foi concebido e organizado, como muitos partidos, com base numa estrutura hierárquica similar à uma es-

trutura estatal. Este tipo de estrutura, no entanto, constitui uma contradição dialética com os princípios de democracia, liberdade e igualdade, independentemente da filosofia do partido em questão. Apesar de que o PKK se pretendia em favor das liberdades, nós não havíamos conseguido deixar de pensar em termos de hierarquia.

Outra grande contradição repousava na busca pelo poder político institucional por parte do PKK, fato que ajudou a forjar e alinhar o partido. Estruturas alinhadas segundo o poder institucional, porém, entram em conflito com uma democratização da sociedade, que por sua vez era o objetivo fundamental proclamado pelo PKK. Militantes de partidos como o descrito acima têm tendência a orientar-se pelos seus superiores e não pela própria sociedade, ou, segundo o caso, simplesmente aspiram uma posição superior para eles mesmos.

As três grandes tendências ideológicas baseadas numa emancipação social têm-se confrontado com tais contradições. Quando o Socialismo Real, a democracia social e os movimentos de libertação nacional tentaram desenvolver alternativas ao capitalismo, as mesmas não puderam livrar-se das constrições ideológicas do sistema capitalista. Assim, tais alternativas transformaram-se rapidamente em reforços do sistema capitalista, procurando poder político institucionalizado em lugar de concentrar-se na democratização da sociedade.

Outra grande contradição é o significado da guerra na posição política e ideológica do PKK. A guerra era percebida como a continuação da política por meios alternativos e romantizada como um instrumento estratégico.

Isto representa uma contradição evidente com a nossa própria definição como um movimento de luta pela libertação da sociedade. Segundo nossa ideologia, a utilização de armas justifica-se unicamente no caso de auto-defesa necessária. Qualquer utilização além desta constituiria uma violação da linha de conduta

socialmente emancipativa à qual o PKK comprometia-se, uma vez que todo regime repressivo ao longo da história apoiou-se em uma lógica bélica. O PKK acreditava que a luta armada seria suficiente para ganhar os direitos que haviam sido negados ao povo curdo. Uma noção tão determinista da guerra não pode ser socialista ou democrática, embora o PKK se definisse como um partido democrático. Um partido verdadeiramente socialista evita tanto estruturas do tipo estatal e hierárquica quanto a aspiração ao poder político institucional, o qual é baseado na proteção dos interesses e no poder através da guerra.

A suposta derrota do PKK que as autoridades turcas acreditaram alcançar através de meu seqüestro tornou-se uma razão para analisar de uma maneira crítica e aberta as razões que haviam impedido até então um maior sucesso de nosso movimento. Esta ruptura ideológica e política do PKK transformou uma aparente derrota numa porta aberta a novos horizontes.

Novas posições estratégicas, filosóficas e políticas do movimento de libertação curdo

Não é possível detalhar aqui de uma maneira aprofundada todos os elementos estratégicos, ideológicos, filosóficos e políticos que animam o movimento. Os principais fundamentos, no entanto, podem ser resumidos da seguinte maneira:

- A abordagem filosófica, política e ideológica do renovado PKK encontra sua expressão mais adequada através do conceito de “socialismo democrático”.
- O PKK não procura alcançar a criação de um novo estado-nação curdo a partir do direito de autodeterminação de povos. Este direito se entende como a base para o estabelecimento de democracias de base, sem a necessidade de procurar novas fronteiras políticas. É a tarefa do PKK convencer o povo curdo desta sua convicção. O mesmo é válido para o diálogo com os países hegemônicos que influenciam o Curdistão. Esta convicção é a base para a solução dos conflitos existentes.
- Os países atualmente existentes nesta região necessitam sujeitar-se a profundas reformas democráticas. No entanto, a abolição imediata do estado não é uma opção viável, o que não significa que o estado atual deve ser aceito tal qual. A estrutura estatal clássica e sua concepção despótica do poder são inaceitáveis. O estado institucional deve ser sujeito a mudanças democráticas. Ao final deste processo, o estado deve constituir uma instituição política mais modesta, com objetivo de regular funções no campo da segurança e na provisão de serviços sociais. Esta concepção de

Estado não tem nada em comum com o caráter autoritário do estado clássico, mas seria concebido como uma autoridade social.

- O movimento curdo pela libertação procura para o Curdistão um sistema de auto-organização democrática em forma de confederação. O Confederalismo Democrática deve ser entendida como um modelo de coordenação de uma nação democrática. Tal sistema proporcionaria os marcos dentro dos quais toda comunidade, grupo confessional, coletivo específico de gênero e/ou grupo étnico minoritário, entre outros, poderia organizar-se de maneira autônoma. O mesmo proporcionaria também os meios de organização para qualquer nação e cultura democráticas. O processo de democratização no Curdistão não se limita, no entanto, a uma questão de forma, mas abrange um amplo projeto social visando a soberania econômica, social e política de todas as partes da sociedade, assim como a criação dos órgãos e instituições necessárias e a elaboração dos instrumentos que possam garantir e possibilitar à sociedade um auto-governo e um controle democrático. É um processo de longo e contínuo. As eleições não são o único meio neste contexto. Ao contrário, este é um processo político dinâmico que necessita intervenções diretas da parte do soberano, o povo. Assim, a população deve estar diretamente envolvida em cada processo decisório da sociedade. Este modelo é construído sobre a auto-gestão de comunidades locais e é organizado em conselhos abertos, conselhos de município, parlamentos locais e congressos gerais. Os próprios cidadãos são os atores de um auto-governo deste gênero. O princípio de uma auto-gestão confederal não apresenta restrições. Tal sistema poderia até atravessar fronteiras para assim criar estruturas democráticas multinacionais. No seio de um sistema democrático de confederação, somente hierarquias horizontais favoreceriam o processo decisório no nível comunitário.

- O modelo detalhado acima pode ser descrito como um governo democrático de auto-gestão, onde os direitos 'soberanos' do

estado seriam limitados. Um tal modelo permite uma implementação mais adequada de valores básicos como liberdade e igualdade em comparação com os modelos administrativos tradicionais. Este novo modelo não é limitado ao caso da Turquia, muito pelo contrário, ele é igualmente aplicável em outras partes do Curdistão. Ele é adequado para a construção de estruturas administrativas confederais em toda região de assentamentos curdos na Síria, Turquia, Iraque e Irã. Deste modo, a construção de estruturas confederais na totalidade do Curdistão é possibilitada, sem que isto signifique um questionamento de fronteiras políticas já existentes.

- Um dos fatores que resultaram na queda do real-socialismo foi a maneira como os países socialistas utilizaram seu poder interna e externamente, assim como sua concepção errônea da importância da questão do gênero. Mulher e poder parecem, segundo esta ideologia, conceitos quase contraditórios. A questão dos direitos da mulher foi relativamente renegada por regimes socialistas; afirmava-se que esta questão seria resolvida automaticamente uma vez solucionados os problemas econômicos e outros problemas sociais. As mulheres, porém, podem ser consideradas como uma classe ou uma nação oprimida: um gênero oprimido. Enquanto a liberdade e os direitos da mulher não forem discutidos em um contexto histórico e social, enquanto uma teoria adequada não for formulada, tampouco existirá prática adequada. Em vista disso, a liberdade e os direitos da mulher devem constituir uma parte estratégica da luta pela liberdade e democracia no Curdistão.

- Hoje em dia, a democratização da política constitui o desafio mais urgente. Uma política democrática, no entanto, somente poderia existir a partir de partidos democráticos. Enquanto não houverem partidos e instituições afiliadas a partidos cujos interesses vão além da simples execução de ordens ditadas pelo estado, uma democratização do estado sera impossível. Na Turquia, os

partidos não passam de ferramentas para a divulgação de propaganda política por parte do estado. Sua transformação em partidos íntegros e engajados exclusivamente com o bem-estar social, assim como o desenvolvimento jurídico adequado neste contexto, constituiriam um avanço importante no sentido de uma verdadeira reforma política. A fundação de partidos políticos exibindo a palavra Curdistão em seu nome é considerada ainda hoje um ato criminoso. Partidos independentes sofrem inúmeras obstruções da parte do estado. Coalizões e partidos relacionados ao Curdistão servem à democratização e não advogam separatismo ou violência.

- Existe a disseminação de um espírito subserviente tanto no nível individual como institucional, o que representa um grande obstáculo à democratização. A única maneira de superar este sentimento é através da conscientização da sociedade. Cada cidadão deve ser convidado a engajar-se ativamente na causa democrática. Para o povo curdo, isto significa apoiar a construção de estruturas democráticas no Curdistão e em toda região abrigando comunidades curdas, com o objetivo de fomentar a participação ativa na vida política de cada comunidade. Da mesma maneira, minorias residentes no Curdistão devem ser convidadas a participar de tais projetos. O desenvolvimento de estruturas democráticas autóctones assim como a abordagem prática de tais estruturas devem ser tratados como prioridade máxima. As mesmas devem ainda ser vistas como necessárias em regiões onde os direitos básicos de uma democracia não são respeitados, como é o caso do Oriente Médio.
- A política depende da existência de meios de comunicação independentes. Na ausência destes, as estruturas estatais não logram desenvolver uma sensibilidade às questões democráticas. O livre acesso à informação é não somente um direito individual, mas uma questão social essencial. Mídias independentes representam um mandato social. Sua comunicação com o público deve ser caracterizada por um equilíbrio democrático.

- Instituições feudais como tribus e seitas, resquícios da Idade Média, também representam obstáculos à democratização. Tais instituições parasitárias devem ser instigadas a integrar-se na luta por uma mudança democrática.
- O direito à educação na língua nativa deve ser garantido. Mesmo se as autoridades não desenvolvem tal educação, elas não devem impedir esforços civis visando criar instituições especializadas no ensino da língua e cultura curdas. Além disso, o sistema de saúde deve ser garantido tanto pelo estado como pela sociedade civil.
- Um modelo social ecológico é por essência um modelo socialista. Um equilíbrio ecológico somente será possível durante a fase de transição entre uma sociedade alienada baseada no despotismo e uma sociedade socialista. Seria ilusão acreditar que a preservação do meio ambiente é compatível com o sistema capitalista. Pelo contrário, o sistema capitalista contribui ávidamente para a devastação do meio ambiente. A proteção do meio ambiente deve ser levada em consideração seriamente durante o processo de mudança social.
- A solução para a questão curda deve ser tentada em conjunto com um processo de democratização de todos os países que exercem seu poder sobre o Curdistão de maneira hegemônica. Este processo, porém, não é limitado a tais países, mas deve estender-se por todo o Oriente Médio. A paz no Curdistão está intimamente ligada à democracia no Oriente Médio. Um Curdistão livre somente é concebível como um Curdistão democrático.
- A liberdade individual de expressão e de decisão é imperativa. Nenhum país, nenhum estado, nenhuma sociedade tem o direito de restringir tais liberdades, independentemente das razões alegadas. Sem liberdade individual, a liberdade social não poderá existir, assim como a liberdade pessoal é impossível se a sociedade não for livre.

- Uma redistribuição justa de recursos econômicos que se encontram atualmente nas mãos do estado é igualmente de extrema importância para o processo de liberação social. Abundância econômica não deve transformar-se em uma ferramenta do poder do estado com o objetivo de facilitar o exercício deste poder sobre a população. Riquezas econômicas não são propriedade do estado mas da sociedade.
- Uma economia próxima à população deve ser baseada nesta redistribuição; ela deve ainda ser baseada em benefícios em lugar de visar exclusivamente a acumulação de lucros e o aumento da circulação monetária. Atualmente, as estruturas econômicas locais deterioram tanto a sociedade quanto o meio ambiente. Uma das principais razões da decadência da sociedade é o efeito dos mercados financeiros locais. A produção artificial de bens, a procura interminável por novos mercados de consumo e a cobiça sem limites por lucros cada vez maiores são responsáveis pela diferença cada vez mais abismal entre pobres e ricos, acrescentando diariamente indivíduos ao batalhão dos que vivem abaixo do nível de pobreza e mesmo dos que morrem de fome. Uma política econômica deste tipo não pode mais ser tolerada. Este é então o maior desafio para a política socialista: implementar uma política econômica alternativa que não vise unicamente o lucro mas sim uma distribuição justa dos recursos e a satisfação das necessidades básicas naturais para todos.
- Embora a tradição curda valorize altamente a família, esta última segue sendo uma entidade onde a liberdade não é garantida. Carência de recursos financeiros assim como o difícil acesso à educação e aos serviços de saúde não deixam espaço para o desenvolvimento da unidade familiar. A situação de crianças e mulheres é desastrosa. Assassinatos “de honra” de mulheres da família ilustram este desastre. Mulheres podem virar o alvo de uma noção de honra arcaica que reflete a decadência da sociedade

como tal. A frustração masculina em relação as condições existentes é dirigida contra o suposto membro “frágil” da família: a mulher. A família como instituição social está em crise. A solução desta crise familiar, assim como de outras crises detalhadas acima, se encontra no contexto de uma democratização completa.

A situação atual e sugestões para uma solução

As relações entre curdos e turcos na Turquia exerce um papel decisivo na busca por uma solução à questão curda. Neste aspecto, as comunidades curdas no Iraque, Irã e Síria não poderiam senão apoiar alguma possível solução, sem maior potencial de participação. Os curdos do Iraque ilustram bem esta última afirmação. A autonomia de um quasi-estado curdo é um resultado indireto de esforços internacionais entre a Turquia, os Estados Unidos e seus aliados em sua tentativa de denunciar o PKK como uma organização terrorista. Sem o consentimento de Ankara, esta “solução” nunca teria sido possível. O caos causado por esta solução é evidente, assim como seus resultados são inimagináveis. Tampouco está clara a direção que pretende tomar a autoridade nacional feudal-liberal de curdos no Iraque, assim como as possíveis conseqüências de sua existência na atual situação no Irã, na Síria e na Turquia. O perigo de uma intensificação regional do conflito, similar ao ocorrido no conflito Israel-Palestina é real. Uma inflamação de nacionalismo curdo poderia radicalizar ainda mais nacionalistas persas, árabes e turcos, dificultando todavia mais a procura por uma solução.

Este panorama deve ser confrontado por meio de uma solução isenta de aspirações nacionalistas e que reconheça as fronteiras nacionais existentes. No entanto, o status do povo curdo deve ser contemplado nas respectivas constituições, garantindo assim seus direitos culturais, lingüísticos e políticos. Um modelo assim estaria amplamente de acordo com as realidades históricas e sociais da região.

Desta maneira, fazer a paz com o povo curdo parece inevitável. É improvável que esta guerra, seja no presente ou no futuro, leve a algo mais que uma vitória de Pirro. Por isso, esta guerra deve ser terminada. Ela tem se arrastado por demasiado tempo. É do interesse de todos os países da região começar a tomar as medidas necessárias.

O povo curdo somente exige que sua existência seja respeitada; eles exigem liberdade para preservar sua cultura e um sistema integralmente democrático. Almejar uma solução mais humana e modesta é impossível. Os exemplos da África do Sul, Palestina, País de Gales, Irlanda do Norte, Escócia e Córsega são exemplos dos métodos aplicados por diferentes países modernos para resolver ou administrar problemas similares, no curso da história. Tais comparações nos ajudam a encontrar a abordagem mais objetiva possível para nosso próprio problema.

Dar as costas à violência para resolver a questão curda e superar, ao menos em parte, a repressiva política de negação são conceitos intimamente ligados ao fato que nós apoiamos a opção democrática. A proibição da língua, cultura, educação e comunicação do povo curdo é em sua essência um ato terrorista e praticamente convida a uma retaliação violenta. A violência, no entanto, tem sido usada por ambos os lados até um ponto claramente além da legítima defesa.

Vários movimentos atuais tomam medidas muito mais extremadas. Nós temos declarado, no entanto, vários cessar-fogo, temos retirado grandes quantidades de nossos guerrilheiros do território turco, refutando assim as acusações de terrorismo. Nossos esforços pela paz tem sido, contudo, sistematicamente ignorados ano após ano. Nossas iniciativas nunca encontraram resposta. Muito pelo contrário, um grupo de políticos curdos enviados como embaixadores da paz foram presos e condenados a longas penas. Nossos esforços pela paz tem sido errôneamente interpretados como sinais de fraqueza. Não existe outra explicação para

afirmações como “o PKK e Ocalan estão praticamente acabados” ou que nossas iniciativas não passam de estratégias. Assim, eles reivindicaram que somente seria necessário continuar os ataques com um pouco mais de força para destruir o PKK. Assim, eles aumentaram os ataques ao movimento de libertação curdo. Ninguém se pergunta, no entanto, por que eles nunca tiveram sucesso? A questão curda é impossível de solucionar pela violência. A postura descrita acima também contribuiu ao malogro do cessar-fogo que começou no dia 1 de outubro de 2006. Eu propus ao PKK oferecer este cessar-fogo. Alguns intelectuais e organizações não-governamentais haviam pedido uma medida deste gênero. Mais uma vez, no entanto, esta medida não foi levada a sério. Pelo contrário, racismo e chauvinismo foram incitados, criando uma atmosfera de confrontação. Além disso, nós não podemos esquecer que o AKP também utiliza esta questão para distrair as atenções de seus problemas com a elite Kemalista através de acordos com as Forças Armadas e especulações sobre um agravamento do problema curdo. No presente, o governo se restringe a poucas medidas medíocres em sua tentativa de conseguir algumas concessões da parte da União Européia. Desta maneira, eles tentam ganhar tempo com a ajuda das leis de harmonização criadas no contexto da possível ascensão da Turquia à UE. Na realidade, estas supostas reformas não passam de pura demagogia.

O agravamento do conflito é preocupante. Ainda assim, eu não abro mão de minha esperança de lograr uma paz justa. Ela pode ser alcançada a qualquer momento.

A solução que eu ofereço à sociedade turca é simples. Nós reivindicamos uma nação democrática. Nós não fazemos oposição à unidade do Estado e da República. Nós aceitamos a república, sua estrutura unitária e seu caráter laico. Nós cremos, entretanto, que esta república deve ser redefinida com o objetivo de formar um estado democrático, um estado que respeite os direitos dos diferentes povos e culturas existentes em seu território. Sobre esta

base, os curdos devem ser livres para organizar-se de tal maneira que sua língua e cultura possam exprimidadas e que eles possam desenvolver-se nos planos econômico e ecológico. Esta nova realidade permitiria a curdos, turcos e membros de outras culturas uma convivência sob a proteção de uma “Nação Democrática Turca”. Isto somente seria possível, no entanto, através de uma constituição democrática e de um quadro legal avançado que garantiria o respeito às culturas minoritárias. Nossa visão de uma nação democrática não é definida por bandeiras ou fronteiras. Nossa visão de uma nação democrática é inspirada pelo modelo democrático e não por um modelo baseado em estruturas estatais e em origens étnicas. A Turquia deve redefinir-se como país, buscando integrar todos os grupos étnicos. Este novo modelo teria como base o respeito aos direitos humanos e não a diferenciação entre religiões e raças. Nossa visão de uma nação democrática incorpora todos os grupos étnicos e todas as culturas.

A partir deste quadro, segue um resumo de minha proposta de solução:

- A questão curda deve ser tratada como uma questão fundamental no processo de democratização. A identidade curda deve ser integrada à constituição e ao sistema jurídico. Esta nova constituição deve conter um artigo exprimindo o seguinte : « A constituição da república da Turquia reconhece a existência e a expressão de todas as suas culturas de uma maneira democrática. » Isto seria o suficiente.
- Direitos culturais e de idioma devem ser protegidos pela lei. Restrição e censura nas rádios, canais de televisão e na imprensa devem ser abolidas. Programas curdos e programas em qualquer outro idioma devem ser tratados sob as mesmas regras que programas turcos.
- A língua curda deve ser ensinada em escolas do ensino fundamental. Famílias interessadas em proporcionar às suas crianças tal

educação devem poder enviá-las a tais escolas. Escolas do ensino médio devem oferecer aulas de cultura, língua e literatura curda como opções eletivas. Já no ensino superior, toda universidade deve ser livre para implantar institutos especializados em cultura, língua, literatura e história curda.

- A liberdade de expressão e de organização não deve ser restringida. Atividades políticas não devem ser reguladas ou proibidas pelo estado. Esta liberdade é fundamental no contexto da causa curda.
- Partidos e eleições devem sofrer uma reforma democrática. Leis devem garantir a participação da população curda e de todo outro grupo étnico minoritário no processo decisório.
- O sistema de policiamento de povoados assim como as redes ilegais funcionando dentro das estruturas estatais devem ser extintas.
- O retorno imediato de pessoas desalojadas de seus vilarejos durante a guerra deve ser permitido. Todas as medidas administrativas, legais, econômicas e/ou sociais devem ser tomadas para proporcionar este retorno. No mais, a implementação de um programa de desenvolvimento econômico visando uma melhoria do nível de vida da população curda é igualmente uma necessidade.
- Uma lei pela paz e pela participação social deve ser criada, permitindo assim a participação na vida pública de membros da guerrilha, prisioneiros e exilados.

Ademais, medidas imediatas que poderiam conduzir a uma solução devem ser discutidas. Um plano de ação democrática deve ser formulado e posto em prática. Na tentativa de reconciliar a sociedade, comissões de transparência e justiça devem ser estabelecidas. Ambos os lados devem reconhecer suas falhas e discuti-las abertamente. Este é o único caminho para alcançar uma reconciliação.

Na instância onde estados ou organizações não lograrem um

entendimento, intelectuais podem servir de mediadores. Alguns exemplos onde este modelo teve êxito são os casos da África do Sul, Irlanda do Norte e Sierra Leone. Tais intelectuais podem servir de árbitros, encaminhando ambos os lados em direção a uma paz justa. Estes podem ser advogados, médicos ou cientistas. Quando chegar o dia de baixarmos as armas, estas serão entregues a uma tal comissão, desde que esta última esteja determinada a fazer justiça.

Por que entregáramos nossas armas sem uma perspectiva de justiça? O desencadeamento do processo de desarmamento depende de boa vontade e de diálogo. Quando e se um diálogo for estabelecido, aí mesmo começará um processo similar ao do último cessar-fogo ilimitado.

Eu estou preparado para fazer tudo o que estiver ao meu alcance. O governo, no entanto, deve demonstrar a sua vontade de trazer a paz de volta à Turquia e tomar a iniciativa. E assim deve fazer, se não desejar ser responsabilizado pelas possíveis consequências.

Caso nossos esforços por uma solução pacífica falhem ou sejam sacrificados por uma política de imediatista ou pela busca insaciável por poder e/ou por benefícios financeiros, o conflito não deixará de intensificar-se e seu fim poderá tornar-se inconcebível. O caos que se seguirá não terá vencedores.

Finalmente, a Turquia deve encontrar a coragem para reconhecer sua própria realidade, a realidade da existência do povo curdo e de uma dinâmica mundial. Qualquer estado que se nega a aceitar a realidade se encontrará eventualmente e inevitavelmente a ponto de deixar de existir.

É imperativo, portanto, dar os primeiros passos que levarão este país a uma paz duradoura.

Abdullah Öcalan

Prisão individual, Ilha de Imrali

Published by:

International Initiative

Freedom for Abdullah Ocalan – Peace in Kurdistan